

Violência Contra a Mulher:

Efeitos Psicológicos em Mulheres que Vivenciaram Violência de Gênero

Júlia Ferreira Nunes

Brasília

Dezembro de 2019



Centro Universitário de Brasília — UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde

Curso de Psicologia

Violência Contra a Mulher:

Efeitos Psicológicos em Mulheres que Vivenciaram Violência de Gênero

Júlia Ferreira Nunes

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
— UniCEUB como requisito à conclusão do
curso de Psicologia.

Professor-orientador: Dr. Lucas Alves Amaral

Brasília

Dezembro de 2019

Sumário	
Agradecimentos	v
Resumo	vi
Introdução	1
Gênero e Desigualdade	6
Violências de Gênero e Efeitos Psicológicos	11
Mecanismos de Suporte de Violência contra a Mulher e Estratégias de Enfrentamento	17
Método	23
Procedimentos	25
Participantes	27
Análise Qualitativa das Informações	27
Resultados e Discussão	30
Relação Homem-Mulher: Como a Desigualdade Existente Reforça o Mecanismo da Violência	30
Impactos da Violência sobre a Mulher: O Sofrimento Psicológico	36
Rede de Suporte e Estratégias de Enfrentamento	40
Considerações Finais	44
Referências	46
Anexo I — Roteiro de Entrevista Semiestruturada	53

Anexo II — Parecer de Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa	iv 54
Anexo III — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	55

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha mãe, Joana Ferreira, minha base. Sempre me apoia diretamente e indiretamente, financeiramente e emocionalmente. Por ser uma pessoa de fé, sempre me coloca em suas orações e vibra comigo em todas as minhas realizações. Além das minhas irmãs Mariana Ferreira e Débora Ferreira, que também são meus alicerces. Minha vida se baseia em proporcionar orgulho a essas três pessoas.

Ao meu professor-orientador Lucas Alves Amaral, por ter sido tão empenhado, atencioso e cuidadoso nesse período acadêmico tão árduo para mim, agradeço por todas as palavras de incentivo em momentos de desânimo. Sou grata por ter tido a oportunidade de compartilhar conhecimento com uma pessoa tão sábia e serena, sua orientação foi essencial para a construção de toda a pesquisa.

Ao meu namorado Lucas Soares Ferraz Schneider, por ter ficado ao meu lado me apoiando e sempre acreditando no meu potencial. Além de me auxiliar nos momentos intensos de revisões e ajustes finais. Você me inspira e me transforma em uma pessoa melhor.

Sou grata pela cordialidade e participação das mulheres que entrevistei, dessa forma foi possível realizar uma pesquisa mais rica e fundamentada. Além disso, o relato de cada uma foi peça-chave para todo conhecimento exposto neste presente trabalho.

Me superei, aprendi, errei, chorei e sorri. A graduação de psicologia me proporcionou momentos únicos, deu início a jornada de uma nova Júlia, ressignificou conceitos e pensamentos. Toda a experiência vivida foi essencial para a elaboração da monografia que agora apresento.

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo investigar os aspectos psicológicos de mulheres que vivenciaram violência de gênero. A revisão bibliográfica foi pautada na discussão sobre gênero, a violência contra mulher, e rede de suporte. A pesquisa foi realizada com três mulheres, residentes do Distrito Federal, e que já passaram por situação de violência, as entrevistas foram submetidas a análise de conteúdo. Dessa forma, três categorias foram elencadas para discutir as informações. Com os resultados foi possível identificar o abalo psicológico oriundo da violência e as relações de desigualdade existente entre homens e mulheres marcada pelo machismo, além disso, também foi possível analisar a situação de isolamento que as mulheres vivenciaram, não recorrendo a ajuda, e passando pelo sofrimento sozinhas.

Palavras-chave: violência contra a mulher, gênero, efeitos psicológicos, psicologia.

Introdução

Um caso recente e bastante mobilizador de feminicídio ocorrido em Brasília - Distrito Federal, foi o caso da Advogada Letícia Sousa Curada de Melo, com apenas 26 anos, foi assassinada por Marinésio dos Santos, 41 anos. Letícia, ao pegar carona com Marinésio, foi assediada por ele, mas ao recusar ter qualquer tipo de relação, foi morta por estrangulamento. O corpo da funcionária terceirizada do Ministério da Educação foi encontrado às margens da DF-250 três dias após crime. Esse caso de feminicídio foi repercutido pelo Brasil, pois, logo após o autor do crime ser preso, várias mulheres reconheceram-o e tomaram a iniciativa de denunciá-lo. Elas constataram que ele seria o responsável por casos de assédio e estupro. Muitas relataram que nunca haviam feito a denúncia por medo, vergonha, e por estarem traumatizadas com a situação. Além disso, desencadearam problemas psicológicos oriundos da situação de violência que passaram.

Atualmente, o fenômeno da violência de gênero tem sido amplamente discutido e divulgado em vários meios de comunicação. Infelizmente, diariamente são veiculadas notícias sobre a violência contra a mulher, e sobre diversas mulheres que estão em intenso sofrimento devido aos efeitos desse fenômeno social, que contempla e prejudica a vida de muitas. De acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Datafolha (2017), 59% da população declara ter presenciado situações em que viram uma mulher sofrendo agressão física ou verbal.

Ainda, de acordo com o FBSP e Datafolha (2017), a vitimização e o assédio é recorrente no dia a dia de muitas mulheres, 37,1% das mulheres relatam ter sofrido assédio nos últimos meses, sendo as mulheres de 16 entre 24 anos as mais afetadas, 66% alegam já ter passado por alguma situação de assédio. Ser agarrada ou beijada sem o consentimento, ser abordada de maneira agressiva ou intimidadora em festas, ouvir comentários desrespeitosos

ao andar pela rua, são alguns exemplos de acontecimentos que as mulheres vivenciam em seu cotidiano, como expressões de uma cultura machista.

A violência já é considerada uma questão grave, em relação a saúde pública no Brasil, e também, no âmbito social (Sacramento & Rezende, 2006). No entanto, é difícil dimensionar questões referentes à violência, pois se refere a um fenômeno que acontece em diferentes contextos e esferas, e engloba dimensões políticas, sociais e psicológicas. Dessa maneira, há diversas formas e lugares em que a violência pode ocorrer. No que se refere à violência contra as mulheres, esta tem sido um fenômeno bastante recorrente e o olhar e preocupação devido ao que a violência implica às vítimas, têm crescido significativamente nos últimos tempos (Guimarães & Pedroza, 2015).

De acordo com o contexto histórico, a desigualdade de gênero é marcada pela diferença das relações sociais entre homens e mulheres. Sendo assim as mais prejudicadas são as mulheres, pois devido ao patriarcado, um sistema no qual às relações sociais de homem e mulher, diferem, o homem em uma posição de poder, e a mulher subalterna, essa relação constitui e firma na sociedade inúmeras desigualdades, moldando o domínio masculino em relação a mulher. O patriarcado, desse modo, normatiza e regula comportamentos que restringe às mulheres, deixando-as frágeis, impotentes e constantemente sendo alvo de violência, morte, risco (Bandeira, 2014). Atualmente, ainda é possível visualizar uma sociedade patriarcal e machista, na qual há papéis designados que reforçam o modo de pensamento desigual. Desse modo muitas desigualdades sociais, políticas e históricas foram vivenciadas pelas mulheres e até hoje continuam sendo vivenciadas. Diante disso, muitos homens reproduzem comportamentos de violência contra a mulher (Guedes et al., 2009).

A desigualdade de gênero existente desenvolve, além de diferenças nas relações

sociais, a violência de gênero, que ocorre direcionada a uma pessoa pela identidade de gênero em que é reconhecida socialmente. A violência de gênero pode ocorrer através de diversos tipos, sendo a violência física, a sexual, além da psicológica. Ao vivenciarem múltiplas desigualdades muitas mulheres são prejudicadas em sua saúde física e principalmente em sua saúde e mental, graves danos psicológicos oriundos da violência são vivenciados diariamente pelas mulheres. De acordo com Netto et al. (2014), problemas como a baixa autoestima, a perda de autonomia, e a diminuição da qualidade de vida da mulher são abaladas de forma significativa, prejudicando severamente o seu dia-a-dia, assim também como suas relações interpessoais.

No enfrentamento e combate a violência de gênero, é importante salientar a importância do movimento feminista em suas várias vertentes, de forma que a reivindicação dos direitos e proteção tem ligação direta com as lutas de mulheres para promover aparatos jurídicos e políticos para a defesa dos direitos das mulheres, assim também como a participação das mesmas nas decisões políticas. O feminismo vem buscando há muito tempo o empoderamento e proporcionar voz às mulheres que são vítimas de violência, além disso tem uma grande importância nos principais estudos que buscam desnaturalizar a violência e condutas e costumes tidos como normais na sociedade devido a desigualdade de gênero (Timm et al., 2011).

Em relação às redes de apoio que podem ser utilizados nos casos de violência contra mulher, no Distrito Federal existe a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs), na qual podem ser efetuadas denúncias em caso de violência contra mulher, através da Lei Maria da Penha. Há também a Defensoria Pública e Defensoria da Mulher, especializadas para receber e defender mulheres que não possuem renda suficiente para contratar uma defesa. Mesmo com criação de leis que oportunizam o acesso das mulheres ao

direito e amparo constitucional, altas taxas de violência ainda existem. Portanto, é necessário o estudo e pesquisas sobre o tema que colaborem com a deslegitimação de ideias cristalizadas sobre a superioridade masculina em relação às mulheres, e que contribuam com a elaboração de intervenções críticas em casos de violências, a fim de propor novos modos de pensamentos e alternativas para as mulheres que sofrem devido a essa desigualdade que ocorre entre os gêneros.

É necessário, portanto, compreender quais são os mecanismos, métodos e principais suportes que são utilizados pelas mulheres para conseguir enfrentar os problemas que são causados a si. Dessa forma, ao entender melhor, é possível pensar e planejar em meios de melhorias dos aspectos de todas as redes de apoio que já são utilizadas, assim também como refletir sobre o planejamento de novas ações voltadas para a prevenção da violência e auxílio às vítimas, a fim de conseguir ajudar e promover a saúde e desenvolvimento das mesmas.

Dito isso, a pesquisa aqui proposta é de cunho qualitativo que tem como foco analisar a subjetividade, vivências e experiências de mulheres vítimas de violência de gênero. O instrumento de construção de informações utilizado foi a entrevista semi- estruturada, com fins de aprofundamento na dimensão vivencial das participantes em relação aos efeitos psicológicos oriundos da violência de gênero. Para a participação dessa monografia, foram recrutadas três participantes por meio de amostra por conveniência.

A partir do contato com as vivências e experiências das participantes o objetivo geral da pesquisa aqui proposta é compreender os aspectos psicológicos oriundos da violência de gênero. Como objetivos específicos da pesquisa temos: investigar os mecanismos culturais

que atravessam a violência de gênero e compreender os meios de superação das situações violentas por parte de mulheres que já vivenciaram episódios de violência.

O trabalho está fundamentado, inicialmente, em uma consistente revisão bibliográfica, presente nos três capítulos a seguir, sendo o primeiro: Gênero e desigualdade, abordando uma discussão teórica sobre o termo “gênero” e às diferenças sociais estabelecidas na sociedade. O segundo capítulo, abordará uma discussão sobre a violência de gênero e os efeitos psicológicos decorrentes desse fenômeno. E finalizando, o terceiro capítulo irá abordar as estratégias de enfrentamento e mecanismos de suporte de violência contra mulher, abordando às ações de apoios destinada às mulheres.

É imprescindível que hajam pesquisas voltadas para esse tema, com o objetivo de investigar e amparar às vítimas de violência, podendo assim contribuir com a divulgação de conhecimento da violência contra a mulher no campo social, político e científico. A escolha de um tema tão atual é importante para que a violência contra a mulher possa cada vez mais ser visualizada por todos como um tema relevante, e, assim sendo, colocada como necessária em pautas de políticas públicas e sociais, assim também como mobilizar e empoderar mulheres para que se sintam mais confortáveis em falar sobre temas tão sensíveis e principalmente efetuar denúncias aos autores de violência.

Gênero e Desigualdade

É bastante árduo outorgar uma simples e única definição a palavra gênero. Parece ser simples, mas é extremamente complexa, pois possui uma ampla rede de significados e sentidos. Desse modo, é extremamente relevante entender a conceituação da palavra, assim como o seu significado, para obter um conhecimento aprofundado sobre o termo.

De acordo com Scott (1995), para a definição da palavra gênero, é necessário um amplo estudo e investigação, importar diversos conceitos e pensamentos destinados a essa palavra. Desse modo é importante salientar, que para entender o significado de uma palavra, é imprescindível que tenha conhecimento e estreiteza sobre as principais ideias que o termo proporciona, para que assim haja um entendimento sobre a configuração que a palavra possui (Scott, 1995).

Por muitas vezes, a palavra é confundida com o sexo feminino, fazendo alusão apenas às mulheres. No entanto, essa definição é considerada um equívoco, visto que segundo o dicionário da língua portuguesa Aurélio (Anjos & Ferreira, 2004), o termo é definido como: “Conceito generalista que agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas têm em comum”. Com essa definição, é possível interpretar que na gramática se trata de um termo, que leva em consideração às semelhanças que o sexo feminino e o masculino possuem em comum.

Ainda realizando uma discussão, de acordo com os significados atribuídos segundo o dicionário, as definições que são destinadas aos termos “homem” e “mulher” trazem algumas implicações. Historicamente, o significado da palavra homem é relacionado ao indivíduo detentor do conhecimento e poder. Já a mulher é definida apenas por sua diferenciação em reprodução. Zanello (2018) discute como a própria diferença sexual se torna um fator para

diferença de gênero, dessa maneira o contexto histórico propicia um foco nas diferenças e não nas semelhanças entre gêneros. A mulher desse modo, por ter capacidade de procriação, fica ligada ao ambiente doméstico e maternidades, não tendo direito a escolhas.

Há uma enorme diferença em significados atribuídos a palavras que pensamos ser tão simples. Quando paramos para refletir, pode-se analisar que às diferenças destinadas ao homem e mulher já se iniciam pelo dicionário, e a partir desses significados que influenciam diretamente nos indivíduos, muitos padrões culturais são estabelecidos de modo que essa diferenciação do homem e mulher seja enraizado na sociedade (Guedes, 1995).

Dessa maneira, não é necessário apenas a conceituação da palavra, mas também a análise e compreensão de como as relações sociais são perpassadas. É importante que haja uma adequada análise do contexto histórico, pois uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes. As diferenças que existem entre o homem e a mulher, não são apenas diferenças biológicas, mas também relacionadas ao âmbito social. Os seres humanos são indivíduos que são construídos socialmente e culturalmente. Dessa maneira, as diferenças construídas são consequências de posicionamentos e comportamentos e valores culturais estruturados pelos seres humanos. Lara e Romão (2013) definem o ser humano como um ser social, discutindo como é possível perceber diversas diferenças atribuídas aos homens e mulheres. Diferenças essas que reforçam os papéis que são atribuídos a cada um.

Scott (1995), em sua discussão sobre gênero também ressalta a questão do determinismo biológico existente, e afirma que gênero: “É um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (pp. 86). Dessa maneira, ressalta a questão do poder que é existente nas relações sociais do homem e mulher e que nessa relação são perpassadas desigualdades que contribuem de modo significativo ao modo de viver dos indivíduos (Torrão Filho, 2005).

Sendo assim, as diferenças entre homens e mulheres não se dão somente pelo sexo

biológico. Mais do que isso, as diferenças estão nos papéis sociais que são construídos socialmente, culturalmente, historicamente e politicamente. O patriarcado é existente, e nele as diferenças entre homem e mulher, são bem marcadas, na qual o homem é detentor do conhecimento, e a mulher submissa ao homem. Essa relação de poder e subordinação existente atinge as mulheres de forma desigual e hierárquica. Dessa maneira, o reconhecimento da mulher como indivíduo com direitos é inexistente, o que a prejudica em muitos âmbitos (Viza et al., 2017).

Zanello (2018), aponta que em nossa sociedade atual, ainda há uma confusão acerca sobre esse termo. Gênero então, apresenta três formas de sentido distintas, sendo a primeira, uma importante discussão para a construção dessa monografia: a naturalização do feminino e masculino, na qual acredita-se que mulheres são naturalmente cuidadoras, já os homens são considerados culturalmente e naturalmente agressivos e fortes. Esse aspecto reforça seguranças, que fazem parte do sistema simbólico da masculinidade, fazendo com que esses conceitos perpassem de geração em geração, sendo reafirmados ao longo do tempo.

Há um modelo predeterminado de masculinidade, que de acordo com os valores culturais e sociais disseminados na sociedade, estabelece padrões comportamentais do homem. Assim, há uma configuração da figura masculina como detentor do conhecimento e poder, virilidade e até mesmo passível de cometer atos violentos, simplesmente por ser homem. Dessa forma, a fala traz concretude no que já está no sujeito, sendo uma forma de conferir critérios radicais ao homem. Essa uniformização de comportamento é um risco, visto que, muitas ações de violência masculina são naturalizadas devido a esse processo de formação masculina na sociedade (Welzer-Lang, 2001).

Ser mulher na sociedade também é regado de conceitos e comportamentos que são convencionalmente atribuídos diante de uma construção histórica e cultural, na qual se vive. O aspecto relacional, segundo Zanello (2018), diz respeito ao dispositivo amoroso, no qual as mulheres esperam achar um par ideal e assim se sujeitam a essa posição, ficando em uma

posição subalterna aos homens, que independente são mais empoderados, pois estão em uma situação de poder, que foi atribuída pela capacidade de escolha. Há também o fator cronológico, um dispositivo que diz respeito ao envelhecimento das mulheres, o que deixa-as mais ainda em uma situação desigual. Dessa maneira, muitas mulheres se envolvem e mantêm relações que não são felizes, simplesmente por esse fator, e muitas ainda se culpabilizam quando não dá certo.

Essas diferenciações, por muitas vezes, reforçam comportamento de subordinação da mulher e contribuem para a delegação de poder ao homem. A partir da aprendizagem e construção social do indivíduo, valores são perpassados, e assim, classificações sobre o que é certo e errado, positivo ou negativo, são transmitidos. Dessa maneira, é importante que não haja cristalização de processos sociais, nem legitimação de diferenças que são supostamente naturais. Pois, quando há naturalização sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, há um certo perigo, visto que comportamentos que não são considerados aceitáveis, passam a ser admitidos por estarem normatizados (Nascimento et al., 2009).

No entanto, qual a vinculação do termo gênero com o fenômeno da violência contra mulher? Essa discussão é necessária, visto que devido ao contexto e momento histórico em que o indivíduo está inserido são designados significados que perpassam os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e estabelecem normas e padrões de comportamento. As construções de gênero podem impactar no fenômeno da violência, pois implica nas diferenças sociais existentes entre o que é ser homem e o que é ser mulher. Sendo assim, é possível discutir a crença na superioridade dos homens em relação às mulheres, que favorece comportamentos violentos com as mesmas. Desse modo, é essencial que o gênero seja discutido atualmente de modo que padrões e estereótipos padronizados possam ser rompidos, para que haja novas reflexões, mudanças e desconstrução de pensamentos e comportamentos.

É de grande importância discutir e promover educação no campo da desigualdade entre homens e mulheres, visto que, não são apenas ações punitivas que resolveram as

questões da violência contra a mulher. Atualmente, as principais ações no âmbito da violência contra mulher são as condenações e ações criminalistas (Lima & Büchele, 2011). A promoção da igualdade de gênero é extremamente importante para o debate da violência contra a mulher.

Violências de Gênero e Efeitos Psicológicos

A violência é um fenômeno que pode ser definido como multideterminado. Sendo assim, este fenômeno pode ocorrer de diversas maneiras e também assumir variados termos utilizados para conceituar tal fenômeno.

A violência, de acordo com Krug et al. (2002), pode ser definida como:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (pp. 5)

Se trata de um fenômeno existente no meio social, que abrange, atualmente, um amplo espaço na vida cotidiana de muitos indivíduos e principalmente a vida das mulheres (Krug et al., 2002).

A violência quando é realizada contra a mulher, pode ser estabelecida como violência doméstica ou violência de gênero. Esse tipo de violência pode ser definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, pp. 14471).

A violência contra mulher já é considerada um problema de saúde pública no Brasil, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, e pode causar sérios danos à saúde tanto física como mental da mulher deixando-as assim vulneráveis devido aos danos e consequências físicas e psicológicas oriundos dessa violência (Guedes et al., 2009).

A Lei Maria da Penha colaborou de forma significativa para o entendimento e conceituação da violência doméstica. A violência doméstica pode ser definida como aquela que ocorre no âmbito doméstico, no âmbito familiar, entre aqueles que tenham algum laço familiar, não necessariamente de parentalidade. Também pode ser configurada como aquela que a vítima tenha qualquer tipo de relação íntima de afeto com o autor.

A violência de gênero propriamente dita, engloba uma discussão teórica, histórica e

social. Dessa forma, não há uma regularidade nessa discussão, visto que a violência não ocorre de uma mesma forma e no mesmo tempo para todos. A violência é descrita como sendo um fenômeno, dito como interpessoal. Desse modo, a violência de gênero consiste em conceituar a violência que ocorre devido às diferenças e desigualdades existentes entre o homem e a mulher. Diferenças que são existentes devido às relações desiguais e de poder que são estabelecidas sobre as mulheres (Bandeira, 2014).

No Brasil, a vitimização, assim também como a violência contra a mulher, ocorre em vários âmbitos e cotidianamente. Em uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Datafolha (2017), feita com mulheres vítimas de violência, quando questionadas sobre suas vivências relacionadas aos atos de assédio, violência psicológica e física, que sofreram ao longo do ano, foi encontrada uma proporção de 28,6% no ano de 2017 e 27,4% em 2019. Dessa maneira, dados alarmantes dessa pesquisa apontam que no Brasil, dezesseis milhões de mulheres, foram vítimas de algum tipo de violência ao longo do ano de 2018 (FBSP & Datafolha, 2017).

A violência praticada contra a mulher pode ser englobada em diferentes tipos de modalidades. Sendo assim, pode-se resultar em violência física, violência sexual ou psicológica, que são denominadas tipos de violência e geram sérios danos, sequelas e traumas significativos a vítima. A violência física pode englobar comportamentos que geram danos físicos a vítima, como chutes, socos, pontapés são formas de agressão praticadas com a finalidade de lesionar. A violência física é uma das mais fáceis de serem identificadas, pois deixam marcas.

A violência sexual tem graves consequências negativas a vítimas, pois se trata de uma ação coercitiva, na qual obriga a vítima a realizar atos sexuais contra a sua vontade. No Brasil, quando relacionado a motivos sexuais, a cada nove minutos uma mulher é tocada ou agredida fisicamente, isso equivale 8,9%, ou seja, 4,6 milhões de mulheres, sofreram violência sexual no Brasil no ano de 2018 (FBSP & Datafolha, 2017).

A violência psicológica engloba situações em que a vítima é humilhada, sofre ameaças de agressão, privação da sua própria liberdade, ser impedida de realizar tarefas ou até mesmo ir ao trabalho (Schraiber et al., 2005). Devido a dificuldade de dimensionar esse aspecto, é um grave tipo de violência, possui aspectos que não são observáveis, no entanto alteraram significativamente o cotidiano da mulher, há muitas mulheres que não denunciam ou reportam esses casos. Atualmente 52% é o número de mulheres que não fazem nada ao sofrer algum tipo de violência no Brasil (FBSP & Datafolha, 2017).

Além disso também há a violência patrimonial, que ocorre quando o agressor exerce domínio e retenção dos principais bens materiais, objetos pessoais, documentos, recursos econômicos, ou até mesmo a destruição deles. Esse tipo de violência pode ocorrer em diferentes formas de intensidade e frequência. (FBSP & Datafolha, 2017)

Por fim, a violência moral pode ser definida como calúnia, quando o agressor outorga um fato criminoso a vítima, injúrias, os xingamentos de fato e difamação, relacionado a reputação da vítima, atribuindo uma ocorrência prejudicial relacionado a vítima. A violência moral, comumente ocorre atrelada a violência psicológica, ocorre frequentemente via celular, mensagens de textos, e mails, redes sociais em geral, e frequentemente esses meios são usados para a práticas de ações violentas, para denegrir e abalar a saúde psíquica da mulher (Viza et al., 2017).

A violência contra mulher pode ser realizada por parceiros íntimos ou conhecidos de vítimas. Mulheres que sofreram algum tipo de violência alegam que 76,4% eram conhecidos e 23% eram cônjuges, companheiros ou namorados. Também é importante destacar que na maioria dos casos a violência sofrida por mulheres é praticada dentro do contexto domiciliar. Dados indicam que 42% das agressões foram executadas em casa. A violência, quando praticada dentro do contexto doméstico ou familiar, é considerada um tipo específico de violência, e é praticada principalmente por indivíduos que mantêm alguma relação de convivência, ou convivem juntamente com a vítima (FBSP & Datafolha, 2017).

A violência quando ocorre em âmbito doméstico ou familiar, por ser praticada por alguém próximo e conhecido, muitas vezes não é percebida pela mulher como uma situação de violência concreta. O fenômeno gera um grande impacto e, devido a isso, é um fenômeno social relacionado muitas vezes ao âmbito e espaços públicos e não ao ambiente doméstico e privado. De acordo com Schraiber et al. (2002), 55% das mulheres não reconheceram o parceiro como violento. Através disso, é possível concluir que a violência doméstica ainda não tem uma concepção adequada para muitas.

Ainda discutindo a violência doméstica, devido ao vínculo familiar e afetivo decorrente da relação com o agressor, a vítima fica extremamente abalada e devido a isso, surgem graves efeitos psicológicos oriundos da violência. De acordo com Porto e Bucher-Maluschke (2012), o medo, a auto estima baixa, a dependência emocional, a naturalização da violência, idealização do casamento e maternidade, são aspectos que mantêm a vítima em uma situação de submissão perante ao agressor e não articulam saídas para desenvencilhar da situação.

Em uma pesquisa realizada por Fonseca e Lucas (2006), 25 mulheres que sofreram violência foram entrevistadas e relataram sérios danos à saúde psicológica após vivenciar episódios de violência. A tristeza, seguida de uma vontade constante de chorar, o medo, assim também como o comprometimento de atividades que estavam habituadas a fazer prejudicam severamente o pleno desenvolvimento da vítima. Além disso, o medo, a insegurança e estados de ansiedade e estresse, foram relatados pelas participantes (Fonseca & Lucas, 2006).

A violência como fenômeno social é um processo complexo. Segundo Schraiber et al. (2003), por ocorrer a chamada invisibilidade social do fenômeno da violência, é notável que definir e postular essa palavra a acontecimentos às mulheres ainda gera um grande desconforto em relação às vítimas. Em um trabalho realizado por Moreira et al. (2011), o estigma da violência é confirmado que no relato das mulheres vítimas que vivenciaram situação de violência, a vergonha e o medo são presentes, de modo que prejudicam muitas a denunciarem e saírem dessa situação (Moreira et al., 2011).

Devido a todo processo de vínculo e apego em relação ao agressor, muitas vítimas acabam se mantendo em relações violentas, que causam desgaste emocional e físico. O agressor, consegue envolver a vítima de um modo que ela acredite que haverá mudanças, e que não acontecerá mais episódios de violência, assim como a promessa de mudança há também promessas de um relacionamento estável. Esse processo pode ser chamado de “ciclo da violência” e consiste em três etapas (Porto & Bucher-Maluschke, 2012).

A primeira etapa, chamada tensão, é definida por momentos em que o agressor de forma têm comportamentos bastante hostis em relação a vítima, dessa forma expressa em insultos, palavras que desmerecem a vítima, deixando-a humilhada e diretamente intimidada pelo agressor. Diante desses episódios, que vão sendo agravados, o comportamento de violência e atitudes contra a vítima começam a ocorrer, que desencadeiam a segunda etapa: um episódio agudo de violência (Lucena et al., 2016).

A terceira etapa, chamada lua de mel, consiste no arrependimento do agressor. Dessa forma, ele reproduz comportamentos de promessas de mudança pessoal, afirmando que os episódios de violência não acontecerão novamente, além de fazer pedidos de desculpas, o que demonstra confiança legítima à vítima. Dessa maneira, a vítima novamente é envolvida pelo agressor, e passa a acreditar que haverá, de fato, um processo de mudança, o que não acontece, pois o ciclo se inicia novamente e a mulher volta a passar por momentos de tensão e violência (Lucena et al., 2016).

É importante também destacar que o processo de naturalização da violência, ocorre de uma maneira tão cristalizada, que a vítima não percebe que está vivenciando momentos de violência. A naturalização da violência, de acordo com Porto e Bucher-Maluschke (2012), deixa a vítima em uma situação na qual não enxerga, e nem entende às situações pela qual está passando. A naturalização da violência pode ser explicada de acordo com todo o processo histórico-cultural que reforça comportamentos de desigualdade e coloca a mulher em um papel de submissão em relação ao homem (Guedes et al., 2009).

A mulher que sofre violência tem implicações não apenas em sua saúde física, mas também em sua saúde mental. Dessa maneira, sintomas de depressão, pensamentos suicidas, ansiedade, insônia e distúrbios sociais, são alguns dos encontrados em vítimas desses tipos de violência citados acima. Com isso, o uso de medicamentos alopáticos e estabilizadores de humor tendem a aumentar, prejudicando diretamente a qualidade de vida e intensificam mais ainda a dificuldade de obter meios para superação (Adeodato et al., 2005).

Dessa forma, diante de todos os problemas decorrentes da violência, a saúde mental da mulher fica abalada de forma significativa, isso implica diretamente na qualidade de vida. Muitas vítimas após sofrerem algum episódio de violência não procuram por ajuda. De acordo com um estudo de Adeodato et al. (2005), realizado com 100 mulheres, habitantes da cidade de Fortaleza, apenas 8% procuraram ajuda. É possível perceber, que, devido à violência, a saúde mental e efeitos psicológicos oriundos, muitas mulheres se sentem prejudicadas em sair desse tipo de situação.

Mecanismos de Suporte de Violência contra a Mulher e Estratégias de

Enfrentamento

A violência contra mulher, por ser um grave problema social e de saúde pública, implica diretamente na vida cotidiana de muitas mulheres. Diante disso, é necessário que ações sejam voltadas a vítimas, a fim de assegurar o direito à segurança, amparo e acolhimento na área da saúde. Dessa forma, é necessário que medidas protetivas sejam viabilizadas às mulheres que sofrem diariamente com esse fenômeno, e assim recebam a atenção necessária e especializada (Souza & Cortez, 2014).

Mesmo a violência sendo um fenômeno social bastante presente na vida de muitas mulheres, há muito tempo ao longo da história esse tema não era discutido e abordado de forma com que intervenções fossem realizadas a fim de proteger a vítima e punir de forma adequada os autores de atos violentos. Também, não haviam pesquisas na área com o objetivo de medir o tamanho do problema, e nem políticas públicas que auxiliassem e acolhessem as mulheres vítimas de violência, visto que muitas não denunciavam e se calavam diante do seu próprio sofrimento (Couto et al., 2018).

Desse modo, era difícil dimensionar o tamanho do problema, e também agir de forma adequada. A violência contra mulher ocorre na maior parte das vezes, no âmbito privado. De acordo com o FBSP e Datafolha (2017), 42% das mulheres que sofreram algum tipo de violência, alegaram ter sido no ambiente doméstico. Esse dado é bastante preocupante, pois é possível visualizar a problemática referente ao âmbito público e privado do indivíduo, uma importante questão na discussão de violência contra mulher. Pelo fato de a violência ocorrer em um ambiente doméstico, no qual não é público, há uma ideia enraizada que não há como interferir ou atuar de forma precisa (Okin, 2008).

No Brasil, a luta pelo direito e garantias da mulher teve início no ano de 1970 (Couto et al., 2018). Começaram a ser desenvolvidas estratégias que visavam desenvolver ações que pudessem delimitar o problema, assim também como promover a disseminação de conteúdo,

referentes à questão da violência contra mulher. Mas somente em 1985, foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, que visava proporcionar um atendimento especializado à mulher. A criação da Delegacia foi um marco histórico para o país, e consequência de lutas e contestações do movimento feminista (Souza & Cortez, 2014).

Após a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, houve outras conquistas para viabilizar a proteção de mulheres vítimas de violência. Os Juizados Especiais Criminais (JECRIMS), no ano de 1995, também foram criados. A iniciativa, portanto, não era apenas uma medida específica de combate à violência contra a mulher, mas também possibilitou a punição contra o agressor, assim como tomar outras medidas jurídicas. No entanto, a prática era bastante diferente, visto que o agressor não era julgado de forma adequada, pois o processo jurídico ainda não tinha um procedimento adequado ao tratar desse tipo de violência (Oliveira, 2008).

Após nove anos houve o desenvolvimento da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha, 2006), que é considerada uma norma protetiva do Estado destinada exclusivamente às mulheres vítimas de violência no âmbito doméstico e familiar. Tem como principal propósito assegurar e garantir o direito e proteção às mulheres e é considerada um marco muito importante, principalmente na vida de mulheres que sofrem diariamente devido a violência. A lei é também considerada, na prática, o principal dispositivo legal para o combate da violência contra a mulher hoje no país, pois proporciona punição e possibilidade de reeducação dos agressores, e, dessa forma, às vítimas de violência são amparadas e auxílio necessário são fornecidos (Souza & Cortez, 2014).

A prevenção da violência contra a mulher visa principalmente ser integrada e multidisciplinar, dessa maneira articulando o poder legislativo, judiciário e da União para promover a elaboração de políticas públicas adequadas. A prevenção é importante pois articula pesquisas e trabalhos voltados a esse fenômeno com o objetivo de mensurar e entender melhor a ocorrência, para assim poder atuar de maneira mais efetivas nos casos. De

acordo com a Lei Maria da Penha (2006), é necessário que haja campanhas educacionais, capacitação dos profissionais para receber a vítima de especializado, assim também como um atendimento que priorize a mulher em casos de violência.

Em relação à assistência à vítima de violência, a Lei Maria da Penha (2006) proporciona ainda em um modelo integrativo com saúde, justiça e segurança pública. Meios em que a mulher possa buscar auxílio, quando for necessário. Desse modo, são oferecidos procedimentos médicos em casos de violência sexual, programas assistenciais, e também de acordo com a lei, o juiz a fim de proteger a vítima, e preservar a saúde física e mental pode determinar: “I — acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta; II — manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses” (Lei Maria da Penha, 2006).

Além disso, uma medida jurídica muito importante determinada pela lei, a fim de oportunizar a segurança a vítima de violência, é a medida protetiva que tem como principal função determinar que o agressor ou suspeito de agressão não se aproxime ou chegue perto da vítima e familiares, e também não mantenha nenhum tipo de contato por nenhum meio de comunicação, dessa maneira é possível que a vítima tenha a oportunidade de se sentir mais segura e menos vulnerável (Lei Maria da Penha, 2006).

No entanto, a prática ainda é bastante diferente da teoria, apesar da Lei Maria da Penha representar um grande avanço, o processo se torna bastante difícil e complicado para muitas mulheres. Dessa maneira, muitas mulheres são prejudicadas pois não conseguem ter acesso a um atendimento humanizado e multidisciplinar. Em um estudo realizado por Campos (2015), foi apontado que a falta de capacitação e ausência de profissionais, assim também como a falta de estrutura são dois motivos pertinentes que dificultam o acesso de vítimas, principalmente às quais pertencem a uma classe social mais baixa (Campos, 2015).

Entretanto, existem organizações não governamentais, além de instituições públicas e particulares que oferecem atendimento psicológico com preço social, e também são meios de

suporte a mulheres vítimas de violência. Em Brasília – DF, por exemplo, o Centro Universitário de Brasília por meio do Centro de Formação de Psicólogos (CENFOR) oferece acolhimento psicológico de baixo custo, que proporciona além de atendimentos individuais, atendimentos em grupo, tanto a mulheres como homens, que vivenciam situação de violência. Nessas instituições é possível fornecer um ambiente de auxílio e conhecimento a pessoas que muitas vezes não tem uma situação favorável.

Desse modo, a violência não é abordada e tratada da forma mais eficiente, deixando ainda muitas lacunas no que se refere a meios de prevenção, suporte e cuidados oferecidos às mulheres, e isso interfere diretamente na incidência de novos casos de violência. No ano de 2019, foi proposto um projeto de lei, pela deputada Renata Abreu, no qual contribuía para a para alterar a Lei Maria da Penha, o projeto visa sancionar a obrigatoriedade de hospitais de rede pública e privada a reportarem em até 24 horas a delegacia casos de suspeita de violência contra mulher. O objetivo dessa alteração é contribuir para o mapeamento de casos de violência e elaboração de políticas públicas mais eficazes, já que atualmente ainda é bem escasso esse contato da rede de saúde com a rede de segurança pública. Entretanto, o projeto de lei foi vetado de forma integral pelo atual Presidente da República (Agência Senado, 2019).

É importante citar neste capítulo o conceito de enfrentamento, para entender melhor as estratégias utilizadas pelas mulheres como meios de superação ao passarem por situações de violência. O enfrentamento pode ser definido como o esforço cognitivo do indivíduo, para elencar melhores estratégias e lidar com situações estressoras ou situações que ofereçam de alguma forma ameaça. Dessa maneira, se refere também a significação que o indivíduo postula a tal situação que está passando. A partir dessa significação, a situação pode ou não se tornar menos ameaçadora ao indivíduo (Hockenbury & Hockenbury, 2003).

O enfrentamento referente a violência contra a mulher, pode ser englobado no enfrentamento proporcionada pelo Estado, que fornece meios de suporte e auxílio para a

manutenção da saúde e integridade física e mental da mulher. Além disso, pode englobar o enfrentamento em que são utilizados recursos individuais, no qual retrata os meios que a mulher consegue utilizar para passar por todo o processo de violência. O enfrentamento e os fatores de proteção incluídos neste mecanismo tem grande importância, pois de maneira estratégica podem diminuir ou até mesmo abolir os perigos advindos da violência, garantindo a promoção de saúde da vítima (Lincoln, 2013).

De acordo com Lincoln (2013), as estratégias de enfrentamento podem ser definidas como adaptativas ou desadaptativas. As estratégias adaptativas se relacionam à capacidade do indivíduo de utilizar recursos favoráveis ao enfrentamento de alguma situação. Já as estratégias desadaptativas se referem à dificuldade encontrada para viabilizar e planejar meios adequados para esquivar-se de uma situação de conflito.

Quanto mais adaptativa for a estratégia de enfrentamento da mulher, menos vulnerável ela se torna. Desse modo, consegue enxergar e por em prática meios e planos de ação para desenvencilhar-se da situação de violência, minimizando os aspectos e impactos negativos. Já o enfrentamento desadaptativo se refere à vítima não conseguir enxergar alternativas à situação, nem viabilizar meios ou utilizar recursos para sair da condição em que se encontra (Lincoln, 2013).

As mulheres, ao passarem por situações de violência, procuram de alguma forma amenizar o sofrimento vivenciado, buscando alternativas para conseguir superar a situação. Em um estudo realizado por Parente et al. (2009) em Fortaleza-Ceará, as principais formas de enfrentamento da mulher se encontram no apoio da família, amigos, nas leis judiciais, e também um mecanismo de enfrentamento bastante citado é baseado na religião e na fé. No entanto, a família ao mesmo tempo que pode ser um amparo para o enfrentamento da situação, também pode implicar em situação de risco, visto que as mulheres podem permanecer em uma relação devido ao vínculo familiar, ou por possuir filhos com o agressor (Parente et al., 2009).

É importante também destacar o suporte que muitas procuram na religião. Ao entrarem em contato com a falta de suporte judiciário, e a dificuldade de conseguirem seguir a frente com denúncias, ou processos, se sentem vulneráveis, não enxergam saída ou outro caminho que possam promover uma melhoria da situação de violência em que se encontram, e dessa maneira como uma alternativa para amenizar o sofrimento buscam na fé, é uma maneira para se sentirem protegidas e menos desamparadas (Parente et al., 2009).

Método

As ciências sociais e humanas podem ser praticadas através de métodos quantitativos e qualitativos. Através da expectativa de transformar os fenômenos sociais em ciência, há uma generalização e quantificação dos eventos, e uso de dados estatísticos para analisar eventos sociais e comportamento humano. Por outro lado, temos a análise e interpretação social que denomina a pesquisa qualitativa.

A proposta metodológica desta pesquisa é a utilização da pesquisa qualitativa. De acordo com Alonso (2016), a pesquisa qualitativa visa realizar um estudo aprofundado acerca de um tema, levando em consideração o contexto que o indivíduo está inserido, assim também como todos os aspectos que exercem influência sobre o fenômeno. Há uma relação que é estabelecida com o sujeito para realizar uma pesquisa qualitativa, na qual o indivíduo possui capacidade de pensar sobre si mesmo, e assim produzir novos sentidos e significados sobre o ambiente em que está inserido.

A violência é um fenômeno que afeta a vida do indivíduo, de uma forma bastante singular. São diversos tipos de violência, assim também por diversos motivos que ela pode ocorrer. Dessa maneira ao estabelecer o contato com vítimas de violência, por se tratar de um tema tão sensível, complexo e multicausal, é necessário que o discurso e falas das mulheres que passaram ou passam por essa violência sejam analisados e interpretados minuciosamente. Na pesquisa qualitativa sobre esse tema, portanto, estabelece-se uma relação processual com o sujeito que fala, com o intuito de entender suas perspectivas e vivências pessoais. Dessa forma, um vínculo deve ser estabelecido para ter um entendimento sobre a sua trajetória. Diante disso, o diálogo deve acima de tudo ser valorizado, pois através da comunicação será possível interpretar a complexidade do tema pesquisado.

No âmbito da pesquisa qualitativa aqui proposta, estabelece-se o estudo de caso múltiplo como estratégia de pesquisa. Dessa forma, essa monografia propicia o estudo de mais de um caso, sendo assim, mais de uma participante vivenciando o fenômeno da

violência, no entanto, cada caso sendo único, houveram diferenciações na história de cada mulher. O estudo de caso múltiplo, propicia uma coleta de informações mais consistente. (Yin, 2001)

Em um primeiro momento, é necessário que seja investigado às principais informações sobre o caso, será realizado então a partir dessas informações levantadas, uma identificação das principais peculiaridades do caso. A partir disso é possível realizar uma interpretação sobre o caso de acordo com a teoria, e assim entender melhor e elaborar até hipóteses sobre determinado fenômeno (Alonso, 2016).

É importante que no estudo de caso seja realizado uma análise multicausal sobre determinado fenômeno, dessa forma todos os aspectos que contemplam o indivíduo e respectivos agentes, poderão ser dimensionados e assim, o estudo será enriquecido. Apesar de ser difícil o estudo do fenômeno da violência por ser um fenômeno multideterminado e multicausal (Sacramento & Rezende, 2006), com estratégias do estudo de caso se torna possível delimitar a unidade, para determinar o caso em específico na cadeia de acontecimentos (Alonso, 2016). A violência tem um grande impacto social na vida dos indivíduos, devido a isso torna-se indispensável que haja uma investigação ampla e pluralizada, sobre os diversos fatores que agem nesse fenômeno

O estudo de caso múltiplo proposto nesta monografia busca investigar os impactos psicológicos da violência contra a mulher no Distrito Federal. Dessa forma, as participantes do estudo foram mulheres que já vivenciaram situações de violência e se disponibilizaram a participar da pesquisa e contribuir com a produção de conhecimento, a partir de suas vivências singulares.

Para a coleta das informações dos casos, foi utilizado como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada. A entrevista é um instrumento que proporciona a coleta de informações, desse modo é possível dimensionar aspectos individuais, e como o indivíduo percebe a sua própria realidade dentro do contexto que está inserido. Dessa maneira, a

entrevista oportuniza a fala do indivíduo, e explore toda a sua rede de significados (Duarte, 2004).

Para a efetiva realização das entrevistas, foi necessário produzir um roteiro prévio com às questões orientadas pelos objetivos da pesquisa e pela revisão bibliográfica realizada (Anexo I). No entanto, durante a realização dessas, houve espaço para a entrevistadora dialogar livremente sobre temas que surgiam durante a interação mediada pela entrevista, o que tornou a comunicação mais rica e aprofundada, pois surgiram novos *insights* e questões a serem analisadas

Procedimentos

A pesquisa foi estruturada em etapas. No primeiro momento ocorreu o levantamento bibliográfico e sistematização de aporte teórico relativo ao tema pesquisado, que se refere a temáticas relacionadas à violência e gênero, os diferentes suportes, tanto sociais como jurídicos que são direcionados a vítima de violência, assim também como os efeitos psicológicos que prejudicam a saúde mental das mesmas.

Além disso, o projeto de pesquisa desta monografia inicialmente foi submetido ao Comitê de Ética, pois essa pesquisa envolve seres humanos. O comitê tem como principal função garantir os direitos do indivíduo e assegurar a integridade física e moral do mesmo (Anexo II). Posteriormente, como aluna, a pesquisadora se inseriu em um Projeto de Extensão chamado PROVID (Projeto De Violência Doméstica) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) para conseguir atuar na DEAM em grupos de apoio a vítimas de violência doméstica. O grupo fornece acolhimento e apoio às mulheres, com grupos realizados de quinze em quinze dias, no qual temas referentes ao empoderamento feminino são abordados de forma clara e com uma linguagem acessível ao público. No entanto, houveram alguns impasses para conseguir entrar em contato com as participantes do grupo, por questões burocráticas, o convite para participação a pesquisa, não pôde ser realizado no âmbito da atuação do PROVID na DEAM. Outro campo de realização da pesquisa almejado seria o

CENFOR (Centro de Formação de Psicólogos), vinculado a instituição UniCEUB, na qual prestam serviços e atendimentos comunitários a comunidade gratuitamente. No CENFOR ocorre a partir da demanda o grupo de atendimento a vítimas de violência. Foi possível o acesso à instituição, no entanto, a quantidade de participantes no grupo era escassa no momento de realização da etapa de recrutamento das participantes e realização de entrevistas, não sendo um número pertinente para realização da pesquisa.

Dessa forma, a partir dessas dificuldades narradas optou-se por realizar o recrutamento das participantes da pesquisa por meio de uma amostra por conveniência, na qual as entrevistadas foram previamente selecionadas por meio da rede de relações da pesquisadora. Assim, foi possível dar andamento a pesquisa e a realização de entrevistas. Os entraves para a realização da pesquisa nos mostra, também, a dificuldade em realizar pesquisas sobre o fenômeno da violência contra a mulher, muitas vezes pelos impasses, burocracias que são estabelecidas e pelo medo ou tabus sociais que o assunto envolve. É importante também destacar que por se tratar de um tema sensível, gera desconforto e aciona traumas e vivências que muitas vezes não querem ser recordados pela vítima.

Em um terceiro momento, antes de ir a campo foi realizado a construção de um roteiro para auxiliar na elaboração da entrevista semiestruturada que abordava questões referentes aos efeitos psicológicos advindos da violência, assim também os principais suportes utilizados pela mulher, com base nos respectivos objetivos da pesquisa e revisão bibliográfica. Para dar início a realização das entrevistas, a pesquisadora abordou as pessoas, apresentou os objetivos da pesquisa e a importância da realização da mesma. Foi estruturada uma agenda com as possíveis datas para realização das entrevistas, com as pessoas que concordaram em participar do estudo.

Durante as entrevistas semiestruturadas, foi solicitado à participante a gravação das respectivas entrevistas, com o objetivo de manter o discurso legítimo, para que não haja implicações futuras, desse modo, se permitido, foram gravadas e posteriormente transcritas.

Participantes

Participaram desta pesquisa três mulheres que tiveram seus nomes removidos de forma a preservar sua identidade. Na Tabela 1, apresentamos dados sobre idade, escolaridade e estado civil dessas participantes.

Tabela 1

Dados sociodemográficos das participantes.

Participante	Idade	Escolaridade	Estado Civil
Participante 1	23 anos	Superior Incompleto	Solteira
Participante 2	33 anos	Superior Completo	Solteira
Participante 3	21 anos	Superior Incompleto	Solteira

É importante também ressaltar que não houve nenhum tipo de desrespeito referente ao posicionamento político, religioso, ou assuntos que envolvem questões culturais e de valores do participante. Dessa forma, outra forma de garantir o cuidado e preservação a todas as informações do participante, foi entregue aos participantes, no momento inicial da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Anexo III), a fim de esclarecer todas as etapas da pesquisa, procedimentos, assim também como os possíveis riscos e benefícios do estudo. Além disso é importante ratificar, o sigilo referente a todas as informações que surgiram no decorrer da pesquisa.

Análise Qualitativa das Informações

A análise qualitativa das transcrições das entrevistas teve como principal objetivo apurar as principais questões elucidadas pelas participantes, assim como os significados que cada uma atribui a sua vivência de acordo com a situação e ambiente que esteja vivenciando. Dessa maneira, foi importante uma análise crítica que considerasse todos esses aspectos e que

mantivesse a veracidade dos fatos analisados.

A partir da análise das transcrições das entrevistas, assim como todas as observações realizadas, foram criadas categorias analíticas, que tem como objetivo apontar os temas mais incidentes dentro do contexto. Tais categorias levaram em consideração a realidade das participantes, assim como estão relacionadas ao problema e os objetivos de pesquisa, para fornecer definições de acordo com o conhecimento obtido pelo estudo (Alves & Silva, 1992). A partir disso foi possível realizar uma interpretação e discussão das informações obtidas na pesquisa, à luz dos conceitos e teorias revistos na bibliografia lida.

A análise também propicia a criação de indicadores, dessa maneira norteiam as principais informações que poderão ser utilizados das entrevistas. Esses indicadores extraídos, a partir do discurso dos entrevistados, produzem conhecimento e compreensão a partir do contexto que o estudo está sendo realizado. Além disso, é importante destacar a importância que o pesquisador possui na análise de informações, pois antes dessa fase, ele que determina e organiza todo o processo que será realizado na pesquisa. É importante que haja organização de todo o conteúdo produzido, assim também como a delimitação e definição do que irá ser utilizado em pesquisa, dessa maneira foi realizada a análise de conteúdo, inferindo e interpretando as informações de modo efetivo (Câmara, 2013).

As categorias foram criadas após as entrevistas, de modo que fosse possível, assimilar e organizar o relato das participantes e identificar pontos principais a serem explorados. As categorias criadas foram: Relação Homem-Mulher: Como a desigualdade Existente Reforça o Mecanismo da Violência; Impactos da Violência Sobre a Mulher: O Sofrimento Psicológico; Rede de Suporte e Estratégias de Enfrentamento.

É importante destacar a importância da análise de conteúdo utilizada para a produção e interpretação dos dados coletados (Minayo, 2016). A análise de conteúdo propiciou a organização e sistematização das entrevistas realizadas. A transcrição das entrevistas foi essencial para estruturar o discurso das mulheres, assim foi possível realizar uma leitura mais sistêmica e ampliada, levando em consideração o contexto

explorado, condições sociais, e observações gerais de práticas e hábitos pessoais de cada participante. A análise final possibilitou identificar as principais impressões e dados relevantes para a construção do entendimento sobre o fenômeno da violência, vinculando o estudo bibliográfico realizado com a prática exercida no campo.

Resultados e Discussão

Lidar com mulheres vítimas de violência foi bastante árduo, um tema bastante delicado e tão sensível para as vítimas, que toca sentimentos e situações que muitas vezes não querem ser lembradas pelas participantes. Além disso, como mulher foi bastante impactante e comovente para a pesquisadora escutar outras mulheres e conhecer a realidade delas, o sofrimento, a força que possuem ao passar por uma situação de violência. Além de constatar como mulheres são desrespeitadas e violentadas de várias formas na sociedade atualmente, foi possível identificar nas três participantes da pesquisa as consequências e as marcas deixadas pela violência. No entanto, mesmo por terem vivenciado toda situação de mal-estar, é inegável a vontade e disposição que todas tiveram em poder contribuir com a construção da pesquisa. As entrevistadas foram bastante cordiais e solícitas, além disso demonstraram gratidão por estarem contribuindo e colaborando na construção de uma pesquisa sobre uma situação que já foram afetadas.

Abaixo são apresentados os principais resultados encontrados a partir das entrevistas realizadas.

Relação Homem-Mulher: Como a Desigualdade Existente Reforça o Mecanismo da Violência

As três participantes da pesquisa revelaram similaridades em seu discurso, sendo as três vítimas de violências em diferentes graus e níveis, mas sendo afetadas psicologicamente. Um dos fatores dessas violências é o dispositivo amoroso que atravessa as relações dessas mulheres com seus parceiros agressores. O dispositivo amoroso, de acordo com Zanello (2018) é um processo que ocorre em nossa cultura na qual às mulheres se subjetivam na relação consigo mesmas, pelo olhar de um homem, desencadeando uma necessidade de serem validadas e também escolhidas e amadas por um homem. Esse foi um trecho, tirado de uma entrevista realizada nessa pesquisa: *“Daí eu me sentia muito sozinha, eu pensava assim “cara, se eu terminar eu vou ficar sozinha, e eu não quero ficar sozinha”, ou, não é “nem eu não quero”, “eu não sou suficiente para ficar sozinha”* (Participante 3).

É possível perceber na fala da participante uma ausência do valor de si mesma e a dependência de uma relação com um homem. Zanello (2018) ressalta sobre essa dependência amorosa como elemento central da identidade feminina no mundo moderno, ocasionando também danos à saúde mental da mulher. Mulheres historicamente vem sendo subjetivadas neste dispositivo que implica em buscar se completar como sujeito numa relação. Então, o homem passa a ser a referência e a autoestima e avaliação dos outros é muito baseada na ideia de possuir um relacionamento. Ser suficiente, como a diz a participante 3, significa estar numa relação amorosa para ela. Estar com um homem numa relação amorosa é um imperativo cultural que, quando não expresso, pode vir a gerar pressões sociais e pressões da própria mulher com ela mesma. Isso torna a relação afetiva baseada nos ideais hegemônicos de co-dependência na relação da mulher com o homem.

No relato da mesma participante é possível perceber o que a vivência a partir desse discurso acarreta: *“Isso que me dói, e acho que é o sentimento de... de novo, de culpa e de achar que eu tinha um dever com ele e que eu fracassei. É, acho que é um sentimento também de fracasso, fracassei na minha relação”* (Participante 3).

O amor romântico não alcançado provoca a sensação de culpa na participante. É possível discutir o sentido da palavra dever nesse discurso, a mulher possui como propósito fundamental o investimento no amor. Zanello (2018) discute o amor como um aspecto identitário feminino, o relacionamento sendo uma finalidade na vida da mulher, e a ela é atribuída a responsabilidade de manutenção dessa relação. Não estar com um parceiro, implica em várias nuances para a mulher, principalmente pelos julgamentos proferidos a ela, desse modo ocorre o sentimento fracasso, citado pela participante.

O amor e a forma como pessoas se relacionam são definidos pelo momento histórico, local e cultural do sujeito. As relações, dessa forma, são construídas de modo subjetivo e a relação homem e mulher há muito tempo é construída de forma que moldam certos padrões estereotipados do que é ser homem, e o que é ser mulher, e isso impacta diretamente nos

relacionamentos e desdobramento de uma relação. É sobre isso que o trecho abaixo da fala da participante 2 aponta.

“Ele é muito machista, então assim, para ele, essa coisa de a mulher ficar em casa e o cara sair e fazer o que quiser era super normal, e qualquer mulher tem que aguentar isso, porque o pai dele fez assim, e a mãe dele vivia isso”. (Participante 3)

Podemos perceber a carga mental vivida pela participante 3, que se refere ao acúmulo de informações relacionadas ao cuidado da casa, dos filhos e da relação. O marido dela agia como se toda a carga mental e responsabilidade relacionada a esfera privada deveria ser dela. Isso implica no pensamento de associação das mulheres à vida doméstica e com o campo privado da sociedade. O homem tende a perceber que tudo que do âmbito privado é sua propriedade privada, inclusive, a mulher, seu corpo, seus filhos. Aqui a participante aponta para uma tradição familiar. Ele aprendeu com a família e acredita ser natural eles reproduzirem isso.

Sobre o tema em questão, em um estudo realizado por Rosa et al. (2008), busca-se investigar a ótica do homem ao agredir uma mulher. O estudo descreve os motivos que levaram os agressores a terem tal comportamento. Um dos principais achados relacionam o motivo das agressões serem atribuídos à própria mulher. O homem, desse modo, atribui responsabilidades a mulher e se exime da culpa. A falta de cuidado da mulher com os filhos, a falta de responsabilidade dentro de casa e com afazeres domésticos são considerados os principais motivos para a ocorrência de violência conjugal na justificativa dos homens agressores Rosa et al. (2008).

Ainda sobre o tema, a participante 2 continua: *“Para ele, é inadmissível uma família ter um filho e viver separada. Então você aguenta o que você tem que aguentar, mas você fica nessa relação. É essa a cabecinha dele”* (Participante 2).

Pode-se explorar o que significa “aguentar” neste caso para a Participante 2. Existe um peso ou resistência e a pessoa suporta, luta para dar conta, é isso que ela traz no

significado da palavra quando ela se refere à relação. “Aguentar” para a mulher se refere culturalmente a um destino biológico. Marcondes et al. (2003) discute, como o cuidar é atribuído ao feminino, não só pelos homens, mas também pelas próprias mulheres. O trabalho doméstico e o dever de cuidar dos filhos é conferido naturalmente como responsabilidade feminina. Os comportamentos da sociedade desse modo sustentam a ideia da mulher ser atribuída a atividades de disciplina e organização já o homem, o trabalho que exige força (Marcondes et al. 2003).

Nesse trecho, é possível perceber a imposição de um modelo a ser seguido dito como correto, e algo que fugisse a essa realidade, a submissão e a aceitação da mulher atualmente ainda predominam em muitas relações afetivas. Desse modo, há um engessamento de padrões na qual a mulher é submetida e deve seguir para conquistar um casamento idealizado.

Em outro relato da participante 3, pode-se perceber outros indícios de uma sociedade machista: *“Só que sempre rolava uma violência, tipo assim “P3, não usa essa saia, porque eu vou ficar com ciúmes, não usa tal coisa, não faz tal coisa, não sai pra tal lugar”* (Participante 3).

Mais uma vez se percebe uma noção de posse sobre o corpo, que antes não era percebida como violência pela participante. É importante também ressaltar o ciúmes do parceiro na fala da participante 3. O ciúme romântico, um comportamento recorrente em relacionamentos amoroso ocorre devido a: comparação, competição e medo da substituição pelos rivais (Almeida et al., 2008). Desse modo, na fala da participante acima pode-se destacar o excesso de ciúme do parceiro, tratando-a como propriedade e objetificando o seu corpo e manifestando posse e controle sobre a mesma.

Ainda discutindo os impactos do dispositivo amoroso nos casos analisados, foi possível perceber no discurso das entrevistadas a falta de auto-estima e o abalo severo ao ser avaliada pelo olhar masculino. Disto, deduz-se que o olhar do homem sobre a mulher é fundamental para o olhar da mulher sobre si mesma, e isso gera uma grande violência. Acerca

disso, Zanello (2018) descreve “a prateleira do amor” na qual, aos homens é outorgado um poder de avaliação impulsionado por um modelo estético e moral a ser seguido, de acordo com o contexto cultural e histórico. Além disso, a autora ressalta que a beleza para a mulher foi considerada um capital matrimonial, uma forma da mulher se inserir com status socialmente, sendo assim, ocorre a pressão social da beleza no universo feminino. Isso dialoga com a objetificação da mulher (Zanello, 2018).

Acerca deste uso do poder de classificação das mulheres e seus corpos, a participante 3 fala como se sentia numa situação insustentável quando passa a ser taxada de gorda, entre outras coisas: “... *É porque estava ficando muito insustentável, de ser xingada todos os dias. Ser xingada todos os dias. Estava ficando insustentável mesmo. E de falar “você é gorda, você precisa se cuidar”, e tudo mais*” (Participante 3).

Outros aspectos relacionados a beleza da mulher se referem e se configuram, devido às representações midiáticas e um ideal de beleza tido como padrão dentro da sociedade. Desse modo, quando o agressor fala claramente à parceira que ela é gorda, associada a xingamentos, podemos perceber como esses ideais de beleza reforçam comportamentos de beleza a mulher, contribuindo para um ideal de beleza magro, loiro, branco. A mulher precisa ser desejada, e ela só vai conseguir se adequando a esse ideal (Zanello, 2018).

Além disso, na fala da participante 2 também é possível destacar as vivências intensas de xingamentos e avaliação sob o olhar de um homem: *Ó“, monte de lixo, tem como você vir buscar a menina, porque eu vou precisar sair”*. *Sempre... Monte de lixo, gorda, bruxa, fedorenta, vagabunda, aproveitadora*” (Participante 2).

A violência psicológica, por não deixar marcas físicas na mulher, trata-se de uma violência invisível. De acordo com Silva et al. (2007), a violência psicológica aparece naturalizada, desse modo, quando o agressor se dirige a vítima utilizando xingamentos, como no trecho acima, é possível visualizar como essas palavras se configuram como uma violência. “Vagabunda” diz respeito ao comportamento sexualmente ativo da mulher,

aproveitadora e bruxa retratam traços de caráter relacional, e “lixo” e “gorda” são expressões que dialogam com os padrões de beleza e um ideal estético estabelecido (Zanello, 2008).

É possível destacar, como a posição de avaliação coloca o homem em um lugar de autoridade, na qual é possuidor de classificar e qualificar mulheres, além de escolhê-las, enquanto produz nas mulheres o desempoderamento e sujeição. Essas ficam à mercê de critérios de serem aprovadas e assim amadas (Zanello, 2018). Vários fatores sociais contribuem para a naturalização da violência de gênero, sendo a mídia um exemplo disso. É recorrente que, em novelas brasileiras, cenas de mulheres sendo violentadas sejam repercutidas, de modo que não haja reflexão e questionamento sobre a prática da violência contra a mulher. Isso reforça o comportamento da *mulher boa x mulher ruim*. Desse modo, a mulher que não se comporta adequadamente, não está dentro de um padrão normativo do que é ser mulher, e, logo, pode sofrer violência, pois é o que merece socialmente: apanhar (Caminhas, 2019).

Impactos da Violência sobre a Mulher: O Sofrimento Psicológico

Os processos de subjetivação construídos pelas participantes, são individuais e com particularidades, desse modo foi possível perceber nas entrevistas o modo como cada participante enfrentou e vivenciou esse processo da violência e como foram afetadas por tal. É possível perceber que, ao passar por uma situação de violência doméstica, a vítima fica tão fragilizada em um nível psicológico, que, mesmo não tendo vivido uma violência que gera a morte e danos físicos, tal violência abala severamente a sua saúde mental e seu modo de vida.

Ainda discutindo sobre a “prateleira do amor” (Zanello, 2018). Às avaliações dos homens sobre as mulheres, geram danos e prejudicam a auto-estima e saúde das mesmas. Ao vivenciarem depreciação por parte dos parceiros, por não se encaixarem em um ideal, se tornam vulneráveis e insatisfeitas consigo mesmas, esperando serem aprovadas pelo parceiro, como pode ser percebido nas falas a seguir.

“Ele não me elogiava, eu me arrumava esperando ouvir alguma coisa, e nada, só queria ouvir um elogio, algo que demonstrasse que ele gostava de mim”.

(Participante 1)

“Eu fazia terapia pra me ajudar, assim que eu separei, porque eu não aguentava esses xingamentos, ele mandava tanta mensagem me xingando, me esculhambando, o tanto que eu já chorei no meu trabalho, você não faz ideia, ele me maltratava”.

(Participante 2)

“Eu nunca fui assim, então eu ficava “meu Deus, como que eu vou emagrecer mais? ” E daí começou uma doideira mesmo, de problemas alimentares até depressão, foi o fundo do poço”. (Participante 3)

Essa avaliação pode também desencadear problemas com as mulheres. A participante 3 em seu relato descreve uma intensa perturbação emocional, diante da pressão exercida para se ter um corpo magro, levando-a adquirir problemas emocionais e alimentares. A beleza para mulher, é algo primordial, estar se sentindo bem, e principalmente ser aceita em um padrão

de beleza — magro —, é buscado incessantemente. O que se refere a não aceitação e repúdio de um corpo gordo, pode ser classificado como gordofobia (Paim, 2019) na qual, o corpo gordo e não compatível ao ideal estético é desprezado.

Ao homem, além do poder de avaliação, é atribuído também a não se dedicar ao relacionamento de modo exclusivo. Dessa forma, enquanto a mulher segue um relacionamento monogâmico, o homem segue o poligâmico. De acordo com um estudo realizado por Scheeren et al. (2018) sobre a infidelidade conjugal, realizada com 131 mulheres e 106 homens as traições em grande parte são realizadas por homens, dessa forma, sendo protagonistas da infidelidade, com comportamentos e atitudes mais evidentes. É possível relacionar esse comportamento com o pensamento patriarcal e religioso existente, no qual designa ao homem a independência sexual, assim como o envolvimento com outras mulheres, sem prejuízo a sua conduta moral e ética, dessa maneira aos homens é aceitável e até mesmo esperado o envolvimento com outras mulheres fora do relacionamento, além disso existe na sociedade, uma naturalização referente ao homem não se dedicar ao relacionamento, igualmente às mulheres (Zanello, 2018).

“Eu estou com tudo isso na cabeça, eu não aguento mais suas traições, não aguento mais suas mentiras. Eu me sentia um lixo, sabe?” (Participante 2)

“Você ta me traindo, você ta mentindo pra mim de novo, quantas vezes você quer fazer isso comigo?” (Participante 1)

Assim também como a participante 1 e 2, a participante 3 relata que em seu relacionamento viveu traições: *“Várias. E eu via as traições, eram nítidas. Ele estava flertando com outras pessoas, eram muito nítido isso na escola. Só que eu não fazia nada a respeito”* (Participante 3).

À mulher é outorgado um sentimento de impotência. Quando perguntada sobre a reação que tinha frente às traições do relacionamento, menciona o choro como principal comportamento diante da situação, além disso ressalta: *“Eu só não conseguia terminar. Acho que eu estava tão destruída e era tão dependente dele ao mesmo tempo, que eu achava que*

era muito mais fácil eu mudar ele, que eu ia eu curar ele, do que terminar, entendeu?” (Participante 3).

De acordo com a OMS, a saúde mental é: “Um estado de bem-estar em que um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com o estresse cotidiano da vida, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir com sua comunidade” (OMS, 2017, citado por Gaimo et al., 2018). Pode-se perceber que o relato descrito pela participante, é o oposto de saúde mental, a dependência e o abalo psicológico relatado abalam profundamente sua estrutura psíquica.

Além disso, outro fator a ser discutido é a esperança de mudança que a vítima tem em relação ao agressor. A manutenção de uma relação recai sobre a mulher inúmeras vezes, dessa forma a esperança de mudar o parceiro, pode ser discutido como a responsabilidade da relação atribuída a ela, assim também como às falhas ou até mesmo o término. Esse pensamento é resquício também de uma sociedade que delegava à mulher o dever no relacionamento de acompanhar, cuidar e amar. A mídia e o dispositivo amoroso são fortes elementos na perpetuação desse pensamento e discurso, atribuindo ao homem o lugar completo, e a mulher como complemento (Zanello, 2018).

Ainda debatendo essa relação assimétrica entre homem e mulher existente, pode-se discutir a violência sexual, que é definida como uma relação sexual sem consentimento de uma das partes. Essa violência não precisa necessariamente do uso da força física, já que pode acontecer de forma persuasiva como a situação vivenciada pela participante 3:

“Constantemente eu não queria transar, mas constantemente eu era forçada. Não forçada fisicamente, de “vou te segurar e vamos transar”, mas psicologicamente, “se você não transar... você é uma pessoa difícil, eu sou uma pessoa muito boa de estar namorando você. Se você não transar comigo, eu não vou mais namorar você, e aí você vai ficar sozinha”. E aí o medo da solidão começou a tomar medida desproporcional, a ponto de eu achar que realmente ele era o único”. (Participante 3)

A violência sexual é considerada o tipo mais recorrente e associado ao conceito de violência, de acordo com Sacramento e Rezende (2006). No entanto, é difícil dimensionar em relacionamentos a proporção existente de tal violência, pois é posto que o homem tem o direito sobre o corpo feminino, desse modo, não considerado como violento o ato de forçar a relação sexual dentro de uma relação.

“Eu falei: amor eu não quero mais e ele continuou. Eu fiquei parada, igual uma múmia, não estava mais prazeroso, aí eu empurrei ele, quando eu empurrei ele, ele me puxou pra cima de novo e pediu: “Não... deixa eu só gozar. Entrei em estado de choque novamente”. (Participante 1)

Rede de Suporte e Estratégias de Enfrentamento

Os modos de subjetivação das mulheres no trabalho, na vida familiar por si só geram sofrimento. Ser mulher se refere a um papel que é definido por falas e simbolismo de acordo com o contexto sócio histórico. Assim, a mulher deve seguir normas e padrões para ser aceita como uma boa mulher (Amazonas et al., 2011). Além disso, a autonomia das mulheres é negada em diversos contextos, inclusive no contexto da violência. Desse modo, é necessário que leis específicas como a Lei Maria da Penha, grupos de apoio e empoderamento feminino, terapia e acolhimento psicológico sejam fornecidos com o objetivo de amenizar o sofrimento e ajudar o empoderamento feminino ao passar por tal situação.

“Então acho que aí que eu vejo... quando eu paro e analiso, olho para a situação, que eu vejo que realmente eu não consigo, eu não consigo ter uma noção de limite muito clara, não consigo falar. E, de novo, eu só fugi também ,não consigo enfrentar”.

(Participante 3)

A participante 3, descreve em sua fala acima, resquícios deixados ao passar pela situação de violência, revela que não conseguia enfrentar, não conseguia se impor na relação, estabelecer limites de modo que deixasse claro suas vontades, sendo assim passiva na situação. Miracco et al. (2010), descreve essa atitude como enfrentamento desadaptativo na qual estão comportamentos ligados a culpabilização, vergonha, isolamento, tentativa de justificar a violência, crença de mudança, negativismo, além de acostumar-se com a situação vivida.

É possível averiguar claramente a culpa e os impactos da mesma vivenciados pela participante 2 e 3:

“Por isso que eu to só, eu prefiro ficar só, do que fazer escolha mal feita, eu me culpo muito, eu tenho uma culpa dentro de mim, dessa merda dessa escolha que eu fiz de tá com ele sabe, eu preciso também de terapia”. (Participante 2)

“Isso que me dói, e acho que é o sentimento de... de novo, de culpa e de achar que eu

tinha um dever com ele e que eu fracassei. É, acho que é um sentimento também de fracasso, fracassei na minha relação”. (Participante 3)

Ainda analisando o relato da participante 2, é possível inferir que ao realizar a denúncia ela demonstra um enfrentamento positivo frente à situação vivenciada. A lei é um dos principais mecanismos de suporte e auxílio a mulheres vítimas de violência, proporciona amparo e meios legais para proteger e amparar, tornando-se assim um aliado no combate a violência doméstica. Entretanto, ela também demonstra sentir culpa, retirando a queixa. O sentimento de culpa é recorrente em mulheres vítimas de violência e pode ser destacado como uma consequência psicológica e comportamental deixada pelo agressor (Casique & Furegato, 2006).

“Denunciei pela primeira vez a Maria da Penha, uma medida protetiva para mim e para minha filha, e lógico no outro dia fui tentar tirar, isso poderia prejudicar o emprego dele, hoje é indiferente se ele está bem ou mal, mas antes me sentia culpada”. (Participante 2)

Quando perguntada sobre a rede de suporte e apoio da participante 2, ela alega que não compartilhava a situação com a família e explica: *“Porque eu tinha a expectativa de voltar. Porque eu falei assim, não, a gente vai conversar. Eu não sei o que eu queria, porque eu sabia que essa relação não ia dar, mas eu tinha a expectativa de voltar”* (Participante 2).

A participante 3, também descreve que vivenciou a situação sozinha:

“Eu afastei minhas amigas. Todas. No final do namoro, que foi no ápice, eu não tinha ninguém. Eu não conseguia falar com os outros sobre isso, porque todos os que viviam no meu círculo achavam que ele era uma pessoa muito boa, porque eu não conseguia relatar o que ele fazia, então ninguém imaginava, ninguém conseguia me ajudar”. (Participante 3)

O isolamento é presente no discurso das duas entrevistadas. A participante 2 em seu discurso descreve a expectativa de volta. Pode-se associar a esperança de mudança do

parceiro. Já a participante 3 descreve que não compartilhava a situação com ninguém próximo, enfrentando a situação sozinha. Esse isolamento é oriundo de aspectos psicológicos, tais como o medo, a vergonha e a culpa. Esses sentimentos tendem a levar a vítima a se isolar, por estar abalada pela situação vivenciada. Não compartilhar a situação com amigos ou familiares próximos podem agravar mais ainda a violência sofrida (Netto et al., 2014).

“Como minha família era muito religiosa, eu fiquei com um pouco de receio de escutar: Não, você tem que ficar, é o amor da sua vida, uma benção”o. (Participante 1)

Eu não conseguia terminar com ele, era o amor da minha vida, e eu tinha que sustentar tudo isso”. (Participante 1)

A religião também é um aspecto de permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, pois corrobora e afirma comportamentos e atitudes de agressores, através de um discurso religioso. A mulher desse modo é designada a uma posição de subjugada que reafirma a entrega e o sofrimento pela relação e isso é reforçado pelo contexto religioso (Vilhena, 2010). Além disso, em seu discurso a mulher alega que “sustentar” era o que ela precisava fazer diante do seu relacionamento. Pode-se associar ao dispositivo amoroso a percepção de que ele era o amor da vida dela, e desse modo são necessários o empenho e o sacrifício pelo outro, princípios muito presentes em religiosidades cristãs (Zanello, 2018).

“Minha mãe. Meu principal suporte é a minha mãe, nem sei como ele dá conta de tanta coisa, é tanta preocupação, minha mãe e minha irmã me dão toda força! nunca falei nada para elas durante o relacionamento para poupar elas”. (Participante 2)

A rede familiar é considerada um meio de suporte e auxílio para o enfrentamento de uma situação de violência. A Participante 2 evidencia a força e assistência advindo da mãe, para poder enfrentar a situação. Após sofrer algum tipo de violência, 15% das mulheres buscam o apoio da família (FBSP & Datafolha, 2017), um número relativamente baixo. É importante que as mulheres tenham ajuda ao passar por esse processo.

O enfrentamento não só diz respeito ao processo de recursos individuais utilizados

pela vítima para passar pela situação, mas também a assistência advinda do Estado, para proporcionar e viabilizar caminhos alternativos para a mulher vítima de violência. Esse apoio e suporte tem grande importância para combater os males e propiciar maior qualidade de vida às mulheres. Exposto isso, também é considerável destacar o quão importante é que as mulheres se tornem ativas nesse processo, de modo que possam escolher, ter poder de decisão e utilizar recursos viáveis e adequados para enfrentar a violência. É importante que a relação de desigualdade existente entre os gêneros seja transpassada e que a mulher tenha autonomia nesse processo (Cunha, 2007).

Considerações Finais

É imprescindível que a violência contra a mulher seja um tema ainda mais abordado e discutido, a fim de que mulheres que sofrem ou já sofreram, possam ter mais empoderamento e saibam utilizar recursos para enfrentar e superar os traumas deixados por esse fenômeno. Além disso a divulgação e promoção de programas de acolhimento e assistencialistas sejam mais divulgados e incentivem a mulheres a participarem, podendo assim ampliar o apoio e cuidados a vítimas de violência.

Nessa pesquisa foi possível analisar como comportamentos e padrões enraizados na sociedade reforçam a violência contra a mulher. Os papéis sociais estabelecidos dispõem ao homem a uma posição de hegemonia, dessa forma a mulher é colocada em um papel secundário, essa desigualdade existente contribui com a ocorrência da violência. Um exemplo a ser destacado, desencadeado por essa desigualdade existente foi a traição, um comportamento masculino presente no relacionamento de todas as participantes.

Além disso, problemas alimentares, baixa-estima, tristeza profunda foram encontrados no discurso das participantes. Apenas uma afirmou ter sofrido violência física, as outras duas entrevistadas apresentaram outros tipos de violência: psicológica, moral e sexual. Desse modo, foram relatadas intensas perturbações e dificuldades para a vítima se reestruturar psiquicamente. A relação consigo mesma é abalada, de modo que dificultou o relacionamento e convívio social das mesmas. Em todas as experiências, o isolamento esteve presente.

Também foi possível constatar nesta presente pesquisa a permanência das mulheres em relacionamentos pelo medo, culpa e vergonha. Exposto isso, o relacionamento é associado a um dever feminino e desfazê-lo implica para a mulher em cessar um ideal romântico, existe uma visão idealizada de amor, e quando esse ideal não acontece, o sentimento de fracasso vem à tona. Além disso, por vivenciarem intensos abusos psicológicos, a auto-estima dessas mulheres ficou prejudicada, de modo que dificultou a

resiliência frente a violência. Além das dificuldades expostas pelas participantes para se desvincular da situação de violência e os motivos que levaram mulheres a se manter em relacionamentos abusivos, também foi um “achado” da pesquisa a crença na possibilidade de mudança do parceiro e o isolamento das vítimas afetando a saúde mental das mesmas.

Devido ao problema em relação a entrada no campo das instituições previamente estabelecidas, houveram dificuldades para contatar novas participantes para a sua realização. Dito isso, como uma possível lacuna da pesquisa temos que com um número mais significativo de entrevistas, podendo a pesquisa abarcar maior diversidade de experiências. Sendo assim, é importante que novas pesquisas continuem sendo realizadas, com o objetivo de entender melhor e promover novas ações frente a violência. Além disso, é considerável ressaltar que através dessa pesquisa foi possível analisar o intenso sofrimento da entrevistada que possuía filho com o agressor, a qual se encontrava severamente abalada psicologicamente e emocionalmente. Trata-se de um tema que merece aprofundamento analítico em trabalhos futuros. Sendo assim, é relevante prosseguir com a produção de estudos da violência intrafamiliar, a fim de explorar o impacto da violência na família. A violência afeta e impacta a vida diariamente de várias mulheres, deixando graves sequelas. É necessário que esse quadro se altere, que mulheres sejam ouvidas, que mulheres parem de apanhar, que o empoderamento feminino aconteça. É importante que a violência seja um objeto de discussão da Psicologia, para elaboração de novas pesquisas e práticas voltadas a esse âmbito.

Referências

- Adeodato, V. G., Carvalho, R. R., Siqueira, V. R., & Souza, F. G. M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, 39(1), 108-113. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>
- Agência Senado. (2019, 10 de outubro). Bolsonaro veta notificação de casos de suspeita de violência contra a mulher. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/10/bolsonaro-veta-notificacao-de-casos-de-suspeita-de-violencia-contra-a-mulher>
- Almeida, T., Rodrigues, K. R. B., & Silva, A. A. (2008). O ciúme romântico e os relacionamentos amorosos heterossexuais contemporâneos. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13(1), 83-90. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2008000100010>
- Alonso, A. (2016). Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. Em A. Abdal, M. C. V. Oliveira, D. R. Ghezzi, & J. Santos Júnior, *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo* (pp. 8-23). SESC/CEBRAP.
- Amazonas, M. C. L. A., Vieira, L. L. F., & Pinto, V. C. (2011). Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 314-327. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200009>
- Anjos, M., & Ferreira, M. B. (2004). *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Positivo.
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>

- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191.
- Caminhas, L. R. P. (2019). Imagens de violência de gênero em telenovelas brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, 27(1). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n152253>
- Campos, C. H. (2015). Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, 11(2), 391-406. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201517>
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). Violence against women: theoretical reflections. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6). <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018>
- Couto, V. A., Rocha, R. L. S., Ribeiro, L. M. L., & Silveira, A. M. (2018). Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*, 26(2). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245859>
- Cunha, T. R. A. (2007). *O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência*. Edições UESB.
- Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. *Diário Oficial da União nº 149/1996 — Seção 1*. Presidência da República. <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/08/1996&jornal=1&pagina=15&totalArquivos=144>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, 24, 213-225. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Fonseca, P. M., & Lucas, T. N. S. (2006). *Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas*. Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha. (2017). *Visível e invisível: a vitimização*

de mulheres no Brasil. <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>

- Gaino, L. V., Souza, J., Cirineu, C. T., & Tulimosky, T. D. (2018). O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas*, 14(2), 108-116. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2018.149449>
- Guedes, M. E. F. (1995). Gênero, o que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 15(1-3), 4-11. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931995000100002>
- Guedes, R. N., Silva, A. T. M. C., & Fonseca, R. M. G. S. (2009). A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Escola Anna Nery*, 13(3), 625-631. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024>
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>
- Hockenbury, D. H., & Hockenbury, S. E. (2003). *Descobrendo a psicologia*. Manole.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Organização Mundial de Saúde. <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>
- Lara, L. A. S., & Romão, A. P. M. S. (2013). A diferenciação do cérebro masculino e feminino. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 35(2), 45-48. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032013000200001>
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Diário Oficial da União nº 151/2006 — Seção 1*. Presidência da República.

- Lima, D. C., & Büchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 721-743. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020>
- Lincoln, L. E. S. C. (2013). *Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- Lucena, K. D. T., Deininger, L. S. C., Coelho, H. F. C., Monteiro, A. C. C., Vianna, R. P. T., & Nascimento, J. A. (2016). Analysis of the cycle of domestic violence against women. *Journal of Human Growth and Development*, 26(2), 139-146. <https://doi.org/10.7322/jhgd.119238>
- Marcondes, W. B., Rotenberg, L., Portela, L. F., & Moreno, C. R. C. (2003). O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 91-101. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200010>
- Miracco, M. C., Rutzstein, G., Lievendag, L., Arana, F. G., Scappatura, M. L., Elizathe, L., & Keegan, E. (2010). Estrategias de afrontamiento en mujeres maltratadas: la percepción del proceso por parte de las mujeres. *Anuario de Investigaciones*, 17, 59-67.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Moreira, V., Boris, G. D. J. B., & Venâncio, N. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 398-406. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200021>
- Nascimento, E. F., Gomes, R., & Rebello, L. E. F. S. (2009). Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1151-1157. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400021>
- Netto, L. A., Moura, M. A. V., Queiroz, A. B. A., Tyrrel, M. A. R., & Bravo, M. M. P. (2014).

- Violence against women and its consequences. *Acta Paulista de Enfermagem*, 27(5), 458-464. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201400075>
- Okin, S. M. (2008). Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>
- Oliveira, M. B. (2008). Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual. Em G. G. Debert, M. F. Gregori, & M. B. Oliveira, *Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri* (pp. 15-49). Pagu/Unicamp.
- Paim, M. B. (2019). Os corpos gordos merecem ser vividos. *Revista Estudos Feministas*, 27(1). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n156453>
- Parente, E. O., Nascimento, R. O., & Vieira, L. J. E. S. (2009). Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. *Revista Estudos Feministas*, 17(2), 445-465. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200008>
- Porto, M., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2012). Atendimento psicológico e a secretaria de políticas para as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 567-576. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300010>
- Rosa, A. G., Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F., & Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 152-160. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000300015>
- Sacramento, L. T., & Rezende, M. M. (2006). Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, 24, 95-104.
- Scheeren, P., Apellániz, I. A. M., & Wagner, A. (2018). Infidelidade conjugal: a experiência de homens e mulheres. *Temas em Psicologia*, 26(1), 355-369. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-14Pt>

- Schraiber, L., D'Oliveira, A. F., Hanada, H., Figueiredo, W., Couto, M., Kiss, L., Durand, J., & Pinho, A. (2003). Violência vivida: a dor que não tem nome. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 41-54. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832003000100004>
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., Falcão, M. T. C., & Figueiredo, W. S. (2005). *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. UNESP.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França-Junior, I., & Pinho, A. A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, 36(4), 470-477. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000400013>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Silva, L. L., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, 11(21), 93-103. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>
- Souza, L., & Cortez, M. B. (2014). A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, 48(3), 621-639. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121141>
- Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259.
- Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, (24), 127-152. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100007>

- Vilhena, V. C. (2010). Resultados de uma pesquisa: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas. Em *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.
- Viza, B., Sartori, M. C., & Zanello, V. (2017). *Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/documentos-e-links/e-book-maria-da-penha-vai-a-escola>
- Yin RK. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-481. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zanello, V. (2008). *Xingamentos: entre a ofensa e a erótica*. Seminário Internacional Fazendo Gênero.

Anexo I — Roteiro de Entrevista Semiestruturada**Dados da Entrevistada**

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Grau de escolaridade:

Principal ocupação, trabalho, profissão:

1. Quais motivos te levaram a procurar o atendimento?
2. Você poderia me contar um pouco desse processo, há quanto tempo você está em uma situação de violência? Quando percebeu os primeiros sinais?
3. Alguma vez, você já sofreu alguma violência, e não contou a ninguém? Porque?
4. Você sabia identificar exatamente, desde o início qual tipo de violência estava vivenciando?
5. Antes de procurar o atendimento, quais eram suas principais alternativas de suporte?
6. Como é o seu relacionamento com a sua família?
7. Se tiver filhos, como eles reagem frente às situações de violência?
8. Com que frequência o medo era presente, no seu dia a dia?
9. Você já realizou alguma denúncia contra seu parceiro?
10. Logo após a violência sofrida, qual era o seu comportamento?
11. Qual era o comportamento do agressor após os episódios de violência?
12. Baseado no que você passou, como você se sentiu, quais foram suas maiores dificuldades por passar pelo processo da violência?
13. Em qual aspecto da sua vida, você se sentiu mais afetada após vivenciar episódios de violência?
14. Você consegue identificar quais os principais aspectos que essa violência mudou em sua vida?
15. O agressor fazia com que você se sentisse mal em relação a você mesma?

Relacionamento com o cônjuge

1. Como você conheceu o (ex) cônjuge?
2. Quanto tempo teve o relacionamento.
3. Descreve quais eram as principais dificuldades encontradas pelo casal.
4. Como acontecem/aconteciam as agressões no relacionamento?
5. O cônjuge já sofreu algum tipo de violência na infância?
6. O que você acha que influenciou na sua decisão de ter um relacionamento com o seu (ex) cônjuge?
7. Você já vivenciou algum tipo de situação de situação, em que seu parceiro utilizava seus bens materiais?
8. Você já viveu alguma situação que seu parceiro, gritou, ou te ameaçou?

Anexo II — Parecer de Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.696.200

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Na versão anterior, solicitou-se:

- 1) apresentar os critérios de escolha e as formas de recrutamento dos participantes. Nesta versão as informações solicitadas foram apresentadas;
- 2) apresentar Termo de Aceite Institucional devidamente assinado. Nesta versão foi esclarecido que "as entrevistas serão marcadas em local e horário convenientes para os participantes;"
- 3) apresentar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com o contato do pesquisador responsável. Nesta versão as informações solicitadas foram apresentadas.

Considerações Finais e critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.677.427/19, tendo sido homologado na 18ª Reunião Ordinária do CEP-UNICEUB do ano, em 18 de outubro de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1408894.pdf	30/10/2019 22:35:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	ProjetoDetalhadoJuliaNunes.pdf	30/10/2019 22:19:35	JULIA FERREIRA NUNES	Aceito
Investigador	RoteirodeentrevistaJuliaNunes.pdf	30/10/2019 22:19:02	JULIA FERREIRA NUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEJuliaNunes.pdf	30/10/2019 20:31:13	JULIA FERREIRA NUNES	Aceito
Folha de Rosto	JuliaNunesAAA.pdf	26/08/2019 13:10:54	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

Endereço: SEPN 70790-7 - Bloco E, sala 6.205, 2º andar
 Bairro: Setor Universitário CEP: 70.790-075
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3365-1511 E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Anexo III — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EFEITOS PSICOLÓGICOS EM MULHERES QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA DE GÊNERO”

Instituição dos(as) pesquisadores(as): Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Professor responsável: Dr. Lucas Alves Amaral

Pesquisadora: Júlia Ferreira Nunes

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo.

Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

Antes de decidir se deseja participar (por livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo deste Termo. Ao final, caso decida participar, você será solicitada a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo:

- O objetivo específico deste estudo é investigar os efeitos psicológicos oriundo da violência contra mulher.
- Você está sendo convidada a participar dessa pesquisa, por já ter sido vítima de violência.
- A presente pesquisa faz parte de uma monografia, do curso de Psicologia do UniCEUB.

Procedimentos do estudo:

- A participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista semiestruturada.
- A duração estimada de sua participação é de 40 minutos.

Riscos e benefícios:

- Às perguntas que estarão contidas na entrevista, por se tratar de um tema bastante sensível e singular, pode gerar emoções subjetivas na participante.
- Caso esse procedimento gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Sua participação, poderá ajudar em um maior conhecimento sobre os efeitos psicológicos de vítimas de violência, e como isso interfere em seu cotidiano.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo:

- Sua participação é voluntária, você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar

em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

- A permanência no estudo não será remunerada.
- Se optar em desistir do estudo antes de sua conclusão, você será desligado do mesmo, sem qualquer dano à você ou à pesquisa.

Confidencialidade:

- As informações transmitidas durante a entrevista, serão analisadas somente pelos pesquisadores, e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- As informações recolhidas, ficarão guardadas sob a responsabilidade de Júlia Ferreira Nunes, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade.
- Caso tenha dúvidas, ou queira informações acerca de sua participação no estudo, entre em contato com a pesquisadora responsável, telefone: (61) 992471397 e email: julia.ferreira@sempreceub.com

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa ou queira informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, entre em contato com o Professor orientador, Lucas Alves Amaral, telefone: (61) 99380785 e email: lucas.amaral@ceub.edu.br ou entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo. Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de ____ de ____

Participante

Júlia Ferreira Nunes

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral